



## **Copel Serviços S.A.**

CNPJ nº 19.126.003/0001-02

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2023**

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>10</b>
Balanços Patrimoniais .....	10
Demonstrações de Resultados .....	12
Demonstrações de Resultados Abrangentes.....	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	14
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>15</b>
1 Contexto Operacional .....	15
2 Base de Preparação .....	16
3 Principais Políticas Contábeis.....	17
4 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	22
5 Títulos e Valores Mobiliários .....	22
6 Outros Créditos .....	22
7 Imobilizado .....	23
8 Intangível.....	24
9 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos.....	24
10 Transações com Partes Relacionadas .....	25
11 Provisões e Passivos Contingentes.....	25
12 Patrimônio Líquido .....	26
13 Receita operacional líquida.....	26
14 Despesas Operacionais .....	27
15 Resultado Financeiro .....	27
16 Imposto de renda e contribuição social .....	27
17 Instrumentos Financeiros.....	28
18 Seguros .....	28
19 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	28
20 Eventos Subsequentes .....	29
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....</b>	<b>30</b>
<b>RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO.....</b>	<b>33</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</b>	<b>43</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A e com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis, atuando ativamente neste negócio com a pesquisa, implantação e gestão de parques eólicos instalados no estado do Rio Grande do Norte até o terceiro trimestre de 2017.

No intuito de ganho de produtividade e escala em seus negócios, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia, de modo que em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

Em 2023 foi constituído um Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes – Copel Ventures I, de forma a materializar a participação da Companhia em investimentos em *Startups*, avançando assim no conceito de inovação aberta.

Ainda, também se iniciou a estruturação da atuação da Copel Serviços no segmento de *affinities*, incluindo a oferta de produtos e serviços massificados com cobranças em faturas, que deverá estar plenamente operacional em meados de 2024 e também na Geração Distribuída, com obras em andamento na implantação de 3 projetos no estado do Paraná, cuja operação iniciará em 2024.

Atualmente, a Copel analisa a possibilidade de a Copel Serviços vir a atuar em outros segmentos de negócios, como eficiência energética, cogeração, armazenamento de energia, eletromobilidade, *smart cities*, consultoria em energia, exploração de *big data* e avanços contínuos em iniciativas de inovação aberta.

Deste modo, a Companhia busca colaborar com o desenvolvimento do grupo, atenta às oportunidades do mercado.

Cassio Santana da Silva

Diretor Geral

## 1. A COMPANHIA

### • Copel Serviços em Números

	2023	2022	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	62.676	22.945	173,2
Caixa e equivalentes de caixa	3.290	3.748	(12,2)
Títulos e valores mobiliários	4.670	-	n/d
Receita operacional bruta	-	9.772	(100,0)
Deduções da receita	-	(1.758)	(100,0)
Receita operacional líquida	-	8.014	(100,0)
Custos e despesas operacionais	(2.606)	(10.864)	(76,0)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.606)	(2.850)	(8,6)
Ebitda ou Lajida (*)	(938)	(765)	22,6
Resultado financeiro	(656)	345	(290,1)
Prejuízo operacional	(3.262)	(2.505)	30,2
Prejuízo do exercício	(3.262)	(2.505)	30,2
Patrimônio líquido	54.323	8.635	529,1
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	3,4	6,9	(50,7)
Liquidez geral (índice)	1,7	0,5	240,0
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	n/d	(9,5)	n/d
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	n/d	(31,3)	n/d
Margem líquida (Prejuízo/receita operacional líquida) (%)	n/d	(31,3)	n/d
Participação de capital de terceiros (%)	13,3	62,4	(78,7)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Prejuízo/patrimônio líquido inicial) (%)	(37,8)	12,4	(404,8)

(\*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1. Geração Distribuída

A economia de custos com a energia elétrica, aspectos de sustentabilidade ambiental e regulatórios - com a publicação de Lei 14.300/22 - impulsionaram o mercado de Geração Distribuída - GD fotovoltaica em 2023. Alinhada ao Planejamento Estratégico da Copel, a Copel Serviços conduziu a realização de estudos e desenvolvimento de projetos *greenfield* de geração distribuída no Paraná, obtendo Pareceres de Acesso junto à Copel Distribuição como "GD1", aqueles solicitados antes de 07.01.2023 e que garantem regras mais favoráveis aos projetos conforme previsto na Lei 14.300/22.

Assim, iniciou a implantação de 3 projetos fotovoltaicos de 5MWac cada, localizados nos municípios paranaenses de Reserva do Iguaçu, Santo Antônio da Platina e Sarandi, conforme dados abaixo:

Empreendimento	Potência instalada		Área da planta (ha)	Modalidade de compensação
	MWac	MWcc		
UFV Marialva - Sarandi	5,0	6,658	11,0	Geração compartilhada
UFV Santo Antônio da Platina	5,0	6,403	12,0	Geração compartilhada
UFV Segredo	5,0	6,697	11,0	Autoconsumo remoto ou geração compartilhada

A receita das plantas fotovoltaicas deverá ser proveniente de uma parceria com a Cooperativa Nex Energy para atendimento de seus cooperados com os créditos de energia gerados pelos projetos.

O valor total do investimento previsto é de R\$ 87,4 milhões. Este é o valor obtido da soma dos contratos de fornecimento de equipamentos (módulos, *trackers* e inversores), do contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) e de engenharia do proprietário, os quais foram contratados separadamente. Na composição do investimento total do projeto estão considerados outros custos, como os decorrentes das contratações de estudos de arqueologia, sondagens e levantamentos, arrendamento dos imóveis durante a construção, despesas com *marketing*, além de reserva de recursos a ser aplicada para mitigar ou sanar riscos inerentes ao projeto. Os serviços administrativos gerais serão prestados no âmbito do Contrato de Compartilhamento entre a Copel Serviços e a Copel. Deste montante, R\$ 38,0 milhões já foram realizados em 2023, sendo o avanço físico registrado em 70%. O início da operação comercial é previsto para maio de 2024.

## 2.2. Copel Ventures

O Copel Ventures I está posicionado para desempenhar um papel crucial na estratégia de crescimento e inovação da Copel Serviços. A continuidade na identificação e no investimento em *startups* que lideram a vanguarda da inovação tecnológica no setor energético assegurará à Copel não apenas acompanhar, mas liderar a evolução do mercado, reforçando sua missão de ser uma das três principais empresas do setor energético brasileiro em valor de mercado até 2030.

O sucesso contínuo do fundo dependerá da habilidade em superar desafios inerentes ao investimento em *startups*, como a avaliação de riscos tecnológicos e de mercado, a gestão de expectativas de crescimento e a consolidação de parcerias estratégicas que maximizem o potencial de inovação e retorno sobre o investimento.

O Copel Ventures I representa uma iniciativa estratégica significativa da Copel Serviços, refletindo um compromisso com a inovação, sustentabilidade e liderança em um setor energético em rápida evolução. Através de uma gestão cuidadosa, foco estratégico em áreas chave e uma abordagem colaborativa com *startups* inovadoras, o fundo poderá contribuir significativamente para a missão da Copel de promover uma transição energética sustentável e criar valor a longo prazo para a empresa e para a sociedade. À medida que o Copel Ventures I avança, sua capacidade de gerar impactos positivos no setor energético, na economia e no meio ambiente continuará a ser um ponto focal de sua estratégia de investimento.

- **Gestão do Fundo**

O fundo de *Corporate Venture Capital* (CVC) da Copel denominado Copel Ventures I, do qual a Copel Serviços é a principal cotista, representa uma iniciativa estratégica da Companhia para fomentar a inovação e promover a transição energética, alinhando-se aos objetivos de sustentabilidade e digitalização do setor energético.

Lançado em 2023 com um capital previsto de R\$ 150,0 milhões, o Copel Ventures I se foca em *startups* nas fases de *Seed* e *Série-A*, atuando em áreas críticas para a evolução do setor energético: descarbonização, descentralização, digitalização e disrupção da demanda.

A gestão do Copel Ventures I é realizada pela Vox Capital, uma gestora de renome com experiência em fundos de impacto e inovação. A estrutura de governança inclui um Comitê de Investimentos que orienta as decisões estratégicas, assegurando alinhamento com os objetivos corporativos da Copel Serviços.

**Comitê de Investimentos do Ventures:** Composto por 7 membros, sendo 4 indicados pela Copel (principal cotista do fundo) e 3 indicados pelo gestor VOX Capital.

**Equipe de Gestão e Suporte do Fundo:** Gerido por uma equipe da VOX Capital, apoiada pelos membros do departamento de novos negócios e inovação da Copel e pelo time de originação da consultoria Beta-i, a equipe de gestão conta com suporte da rede técnica Copel.

- **Processos de Decisão:**

O processo de investimento segue um funil de oportunidades que passa por várias etapas, incluindo:

1. Entrada no Funil: *Startups* prospectadas ativamente ou passivamente que parecem ter *fit* com a tese de investimento.
2. Análise Inicial: *Startups* com *fit* com a tese e que realizaram ao menos uma primeira entrevista.
3. Análise Aprofundada: *Startups* que despertaram interesse e passam para uma análise completa e detalhada que inclui, mas não se limita à avaliação: do modelo de negócios; plano de crescimento; equipe de gestão; tecnologia e produto; mercado e competição, entre outros fatores.
4. *Due Diligence*: *Startups* com *TermSheet* assinado e em processo de *due diligence* de *compliance*, jurídica, financeira/contábil e técnica.
5. Investidas: *Startups* aprovadas pelo time de gestão e pelo Comitê de Investimento.

- **Áreas de Foco e Estratégia de Investimento**

O fundo prioriza investimentos relacionados com a Tese de Inovação da Copel:

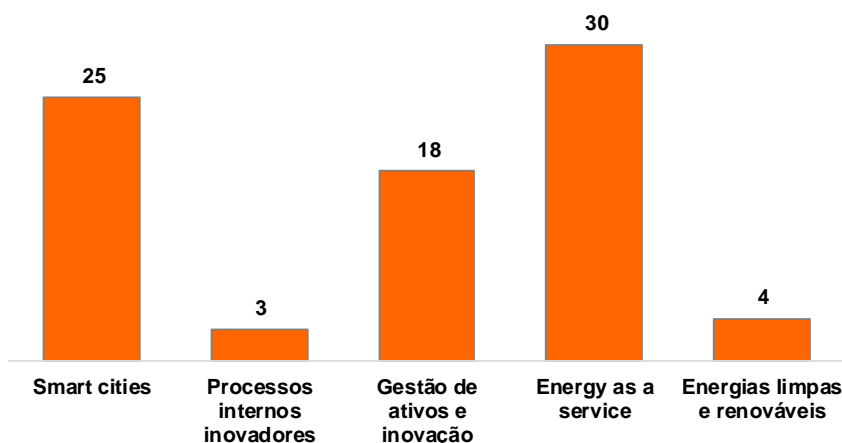
1. Energias renováveis e limpas
2. Energia como serviço (*Energy as a Service* - EaaS)
3. Cidades inteligentes e eletromobilidade
4. Gestão de ativos e instalações
5. Processos internos inovadores

A estratégia de investimento enfatiza a aquisição de participações minoritárias, variando de 10% a 15%, para permitir flexibilidade e crescimento das *startups* investidas, ao mesmo tempo que busca retornos financeiros e estratégicos robustos.

## • Investimentos e Desempenho

Desde sua concepção, o Copel Ventures I conduziu uma intensiva atividade de prospecção. Em 5 meses de prospecção e análise, o fundo analisou 80 empresas, conforme gráfico a seguir, priorizando investimentos que se alinham com sua tese de transição energética sustentável. Até o momento, um investimento foi concretizado em janeiro de 2024 e outro está em estágio avançado de diligência.

Entrada no funil	80 empresas
Análise inicial	63 empresas
Análise aprofundada	10 empresas
<i>Due dilligence</i>	2 empresas
Investidas	1 empresa



## • Casos de Investimento

**Primeiro Investimento:** Focado em soluções de eletromobilidade, destacando-se pela inovação em sistemas de recarga para veículos elétricos. Este investimento reflete o compromisso do fundo com a promoção da eletromobilidade como uma alternativa sustentável, contribuindo para a redução da dependência de combustíveis fósseis e a diminuição da emissão de poluentes.

<b>Startup</b>	MOVE Soluções em Eletromobilidade
<b>Aporte</b>	R\$ 3,5 milhões em 22.01.2024
<b>Descrição</b>	A MOVE desenvolveu um <i>software</i> para gestão de pontos de recarga para veículos elétricos. A solução oferece eficiência operacional e facilita a gestão de infraestruturas de recarga, contribuindo para a expansão da mobilidade elétrica nas cidades.
<b>Sinergias com a Copel</b>	Segmento estratégico para a Copel. A MOVE já tem pilotos de projetos em parceria para gerir redes de pontos de recarga da Companhia, que deverão ser expandidos. Também serão construídos novos modelos de negócios em conjunto (ex. oferta de serviços de recarga <i>turn-key</i> para frotas públicas e privadas).
<b>Potencial de Impacto ambiental</b>	Veículos elétricos emitem 68% menos gases de efeito estufa (vs combustível fóssil). A MOVE aponta uma redução acumulada de 1.100 toneladas de CO <sub>2</sub> e decorrentes dos 1.300 MWh de energia consumidos em sua rede para recarga elétrica.

- **Desempenho**

Embora seja prematuro avaliar o retorno financeiro total dos investimentos, os indicadores iniciais mostram um alinhamento com as expectativas de crescimento e inovação estabelecidas pelo fundo. A estratégia de adquirir participações minoritárias tem se mostrado eficaz, permitindo que as *startups* mantenham sua autonomia operacional enquanto se beneficiam do suporte estratégico e financeiro do Copel Ventures I.

**Status da Alocação do Fundo:**

<b>Capital previsto</b>	R\$ 150,0 milhões
<b>Chamadas de capital realizadas</b>	Duas, para cobertura de custos dos dois primeiros semestres e para o aporte na MOVE
<b>Capital disponível</b>	Estima-se um capital disponível de R\$ 98,0 milhões para primeiras rodadas e R\$ 30,0 milhões para <i>follow-ons</i>

Os investimentos refletem uma abordagem estratégica para estimular a inovação, gerar valor sustentável e promover a transição energética. A interação com *startups* não se limita a aspectos financeiros, servindo também como uma via de acesso a novas ideias, modelos de negócios e tecnologias que podem acelerar a transformação da Copel Serviços e do setor energético como um todo.

O mercado de *startups* no setor energético, também conhecido como *energytechs*, está em uma fase de crescimento e transformação significativos. Essas empresas emergentes estão na vanguarda da inovação, trazendo soluções disruptivas que estão impulsionando uma mudança no panorama energético global.

## COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO  
Secretário Executivo CASSIO SANTANA DA SILVA  
Membro ANA LETÍCIA FELLER

### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador e Especialista Financeiro CARLOS BIEDERMANN  
Membro MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO  
Membro Externo LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

### CONSELHO FISCAL

Presidente DEMETRIUS NICHELE MACEI  
Membros Titulares HARRY FRANCÓIA JÚNIOR  
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO  
Membros Suplentes ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON  
OTAMIR CESAR MARTINS  
VERÔNICA PEIXOTO COELHO

### DIRETORIA

Diretor Geral CASSIO SANTANA DA SILVA  
Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA  
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA

### CONTADOR

CRC-PR-050585/O-9 FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.290	3.748
Títulos e valores mobiliários	5	4.670	-
Outros créditos	6	3.120	2
Estoques		16	249
Imposto de renda e contribuição social		1.937	1.693
Outros tributos a recuperar		565	241
Despesas antecipadas		-	142
		<b>13.598</b>	<b>6.075</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos judiciais		593	536
		<b>593</b>	<b>536</b>
<b>Imobilizado</b>	7	<b>43.881</b>	<b>1.978</b>
<b>Intangível</b>	8	<b>911</b>	<b>1.263</b>
<b>Direito de uso de ativos</b>	9	<b>3.693</b>	<b>13.093</b>
		<b>49.078</b>	<b>16.870</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>62.676</b>	<b>22.945</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balanços Patrimoniais**  
 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (continuação)  
 em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	10	54	-
Fornecedores		3.753	76
Outras obrigações fiscais		208	29
Passivo de arrendamentos	9	17	774
		<b>4.032</b>	<b>879</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Outras obrigações fiscais		589	536
Passivo de arrendamentos	9	3.732	12.895
		<b>4.321</b>	<b>13.431</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Atribuível aos acionistas da empresa controladora</b>			
Capital social	12.1	16.685	15.085
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	48.950	1.600
Prejuízos acumulados		(11.312)	(8.050)
		<b>54.323</b>	<b>8.635</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>62.676</b>	<b>22.945</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	13	-	8.014
<b>Custos Operacionais</b>	14	(306)	(4.661)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		(306)	3.353
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	14		
Despesas com vendas		-	(675)
Despesas gerais e administrativas		(3.161)	(5.669)
Outras despesas operacionais, líquidas		861	141
		<b>(2.300)</b>	<b>(6.203)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(2.606)</b>	<b>(2.850)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	15		
Receitas financeiras		497	1.633
Despesas financeiras		(1.153)	(1.288)
		<b>(656)</b>	<b>345</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>(3.262)</b>	<b>(2.505)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	16		
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
		-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(3.262)</b>	<b>(2.505)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais</b>	12.4		
Ações ordinárias		(0,20187)	(0,16606)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(3.262)</b>	<b>(2.505)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>			
Ganho (perda) com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	12.3	-	31.409
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(3.262)</b>	<b>28.904</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>		<b>15.085</b>	<b>1.600</b>	<b>(27.868)</b>	<b>(9.086)</b>	<b>(20.269)</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.505)	(2.505)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	12.3	-	-	31.409	-	31.409
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.409</b>	<b>(2.505)</b>	<b>28.904</b>
Realização - Ganhos Atuariais	12.3	-	-	(3.541)	3.541	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>15.085</b>	<b>1.600</b>	<b>-</b>	<b>(8.050)</b>	<b>8.635</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	48.950	-	-	48.950
Aumento de capital	12.2	1.600	(1.600)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.262)	(3.262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>16.685</b>	<b>48.950</b>	<b>-</b>	<b>(11.312)</b>	<b>54.323</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(3.262)	(2.505)
<b>Ajustes para a reconciliação do Prejuízo do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais</b>			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		1.041	1.159
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego		-	2.853
Depreciação e amortização	14	1.667	2.085
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	14	-	(59)
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	9	(860)	-
Resultado das baixas de imobilizado	7.1	121	-
Resultado das baixas de intangível	8	5	9
		<b>(1.288)</b>	<b>3.542</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Depósitos judiciais		-	(8)
Outros créditos		(3.118)	9.637
Estoques		233	(9)
Imposto de renda e contribuição social		(244)	(1.566)
Outros tributos a recuperar		(324)	(241)
Despesas antecipadas		142	(23)
		<b>(3.311)</b>	<b>7.790</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(21.309)
Partes relacionadas		54	(28)
Fornecedores		1.841	(1.079)
Outras obrigações fiscais		232	(976)
Benefícios pós-emprego		-	(2.471)
Outras contas a pagar		-	(845)
		<b>2.127</b>	<b>(26.708)</b>
<b>CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>(2.472)</b>	<b>(15.376)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(348)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	9.2	(1.098)	(1.242)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
		<b>(3.570)</b>	<b>(16.966)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras	5	(4.670)	-
Aquisições de imobilizado	7	(40.571)	(43)
Aquisições de intangível	8	(85)	(41)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
		<b>(45.326)</b>	<b>(84)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	48.950	-
Amortização de passivo de arrendamentos	9.2	(512)	(672)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
		<b>48.438</b>	<b>(672)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>(458)</b>	<b>(17.722)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.748	21.470
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.290	3.748
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		<b>(458)</b>	<b>(17.722)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2023

em milhares de reais

### 1 Contexto Operacional

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A. No entanto, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia. Em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

De agosto de 2021 a fevereiro de 2022 a Copel Serviços foi a contraparte no contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A. pela Copel.

Em 2023 se iniciou a estruturação da atuação na Geração Distribuída, com obras em andamento e investimento previsto de R\$ 87.000 para implantação de 3 projetos no estado do Paraná, cuja operação comercial iniciará em 2024. Também foi constituído um Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes – Copel Ventures I, de forma a materializar a participação da Companhia em investimentos em *Startups*, avançando assim no conceito de inovação aberta previsto no planejamento estratégico da Copel.

O Fundo de Investimentos em Participações – Empresas Emergentes – Copel Ventures I, possui recursos em 31.12.2023 de R\$ 4.670 e já anunciou o primeiro investimento, em janeiro de 2024, na *startup* Move, que atua no mercado de gestão inteligente para sistemas de recarga de veículos elétricos.

Atualmente, a Companhia analisa a possibilidade de atuação em outros segmentos de negócios, como eficiência energética, co-geração, armazenamento de energia, eletromobilidade, *smart cities*, consultoria em energia, exploração de *big data* e avanços contínuos em iniciativas de inovação aberta.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 11.08.2023 foi efetuada a liquidação da oferta pública de ações de modo que, a partir desta data, o Estado do Paraná deixou de ser o acionista controlador da Copel e, conseqüentemente, não tem mais o controle indireto das subsidiárias da Copel. Deste modo, a Copel Serviços fica desobrigada do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/16 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

No entanto, o Estado do Paraná passou a deter uma ação preferencial de classe especial, criada nos termos da Lei Estadual nº 21.272/2022, que confere, enquanto for titular de ações representativas de, pelo menos, 10% do total de ações emitidas pela Copel, o poder de veto em deliberações da Assembleia Geral que visem à modificação da denominação e sede da Copel e que alterem as cláusulas do estatuto relacionadas a limitação para que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total e à celebração de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto.

## **2 Base de Preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29.02.2024.

### **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **2.3.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

### 2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nos 3.2 e 7 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.3 e 8 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.4 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nos 3. 8 e 9 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

### 2.4 **Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

Dados os estudos e avaliações da Administração sobre a possibilidade de atuação em outros segmentos de negócios, e considerando também os projetos já em andamento, conforme apresentado na NE nº 1, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Especificamente para o projeto em andamento de Geração Distribuída, para finalização do empreendimento, é esperada captação de recursos no mercado, além de aportes efetuados pela Copel. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro recebido da Controladora.

## 3 **Políticas Contábeis Materiais**

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

### 3.1 **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos.

Em 31.12.2023 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, não tem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

#### 3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### 3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

#### 3.1.4 Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais, sendo transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras - Outras” no resultado.

A Companhia tem por prática designar os investimentos em instrumentos patrimoniais que não são classificados como controladas, coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto e que sejam mantidos para negociação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considerando que até o momento não possui nenhum investimento em instrumento patrimonial.

### **3.2 Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis e são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

### **3.3 Intangível**

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

### **3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

#### **3.4.1 Ativos financeiros**

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

### 3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### **3.5 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

### **3.6 Reconhecimento da Receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente da prestação de serviços.

### **3.7 Tributos**

#### **3.7.1 Imposto de renda e contribuição social**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

#### **3.7.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais**

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços – ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

### **3.8 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos**

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

### **3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023**

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

### **3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

## 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	50	47
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.240	3.701
	<b>3.290</b>	<b>3.748</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 100,1% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5 Títulos e Valores Mobiliários

Compreende aplicações em Cotas de Fundos de Investimento, com saldo de R\$ 4.670 (sem valor em 31.12.2022), por parte do FIP Copel Ventures I. Conforme NE nº 1, a Copel Serviços constituiu, em 2023, Fundo de Investimento em Participações – FIP, de forma a materializar a participação da Companhia em investimentos em *Startups*, avançando assim no conceito de inovação aberta. Foram aportados recursos no FIP, porém não houve, até 31.12.2023, investimentos em *startups*, permanecendo os recursos aplicados em Fundo de Investimento em renda fixa, indexado pela Selic. Este último, por sua vez, mantém recursos aplicados em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.

## 6 Outros Créditos

Compreende, principalmente, o montante de R\$ 3.000 referente à garantia de fiel cumprimento dos projetos de geração distribuída, junto à Copel Distribuição S.A.,

## 7 Imobilizado

### 7.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2022
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e equipamentos	6.818	(5.779)	1.039	6.939	(5.519)	1.420
Edificações	147	(8)	139	147	(3)	144
Veículos	52	(52)	-	104	(104)	-
Móveis e utensílios	920	(624)	296	1.431	(1.017)	414
	<b>7.937</b>	<b>(6.463)</b>	<b>1.474</b>	<b>8.621</b>	<b>(6.643)</b>	<b>1.978</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	42.407	-	42.407	-	-	-
	<b>42.407</b>	<b>-</b>	<b>42.407</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>50.344</b>	<b>(6.463)</b>	<b>43.881</b>	<b>8.621</b>	<b>(6.643)</b>	<b>1.978</b>

### 7.2 Mutaç o do imobilizado

	Saldo em 01.01.2023	Aquisiç�es	Depreciação	Baixas	Transfe- r�ncias	Saldo em 31.12.2023
<b>Em serviço</b>						
M�quinas e equipamentos	1.420	-	(337)	(43)	-	1.040
Edificaç�es	143	-	(5)	-	-	138
Veículos	2	-	-	-	-	2
M�veis e utens�lios	413	-	(41)	(78)	-	294
	<b>1.978</b>	<b>-</b>	<b>(383)</b>	<b>(121)</b>	<b>-</b>	<b>1.474</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	-	42.407	-	-	-	42.407
	<b>-</b>	<b>42.407</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.407</b>
	<b>1.978</b>	<b>42.407</b>	<b>(383)</b>	<b>(121)</b>	<b>-</b>	<b>43.881</b>

	Saldo em 01.01.2022	Aquisiç�es	Depreciação	Baixas	Transfe- r�ncias	Saldo em 31.12.2022
<b>Em serviço</b>						
M�quinas e equipamentos	1.789	-	(409)	-	40	1.420
Edificaç�es	-	-	(4)	-	147	143
Veículos	9	-	(7)	-	-	2
Móveis e utensílios	430	-	(44)	(2)	29	413
	<b>2.228</b>	<b>-</b>	<b>(464)</b>	<b>(2)</b>	<b>216</b>	<b>1.978</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	187	43	-	(14)	(216)	-
	<b>187</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>(14)</b>	<b>(216)</b>	<b>-</b>
	<b>2.415</b>	<b>43</b>	<b>(464)</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>1.978</b>

### 7.3 Empreendimento em constru o – Geração Distribuída

Com um investimento estimado em R\$ 87.400, o empreendimento conta com três usinas fotovoltaicas em estágio avançado de implanta o, com previsão de opera o comercial até o final de maio de 2024. Essas usinas estão localizadas nos municípios de Santo Ant nio da Platina, Sarandi e Reserva do Iguaçu.

Cada uma dessas usinas tem uma capacidade de 5 MWac. Cada projeto ocupa uma área de aproximadamente 11 a 12 hectares.

Os pareceres de acesso foram obtidos junto à Copel Distribuição S.A. antes das mudanças implementadas pela Lei 14.300/22 na geração distribuída, aproveitando uma janela regulatória mais favorável.

#### 7.4 Perdas Estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os investimentos ainda em andamento e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

## 8 Intangível

	Em serviço	Em curso	Total
<b>Em 1º.01.2022</b>	<b>725</b>	<b>1.032</b>	<b>1.757</b>
Aquisições	-	41	41
Capitalizações para intangível em serviço	1.007	(1.007)	-
Quotas de amortização	(526)	-	(526)
Baixas	-	(9)	(9)
<b>Em 31.12.2022</b>	<b>1.206</b>	<b>57</b>	<b>1.263</b>
Aquisições	-	85	85
Capitalizações para intangível em serviço	41	(41)	-
Quotas de amortização	(432)	-	(432)
Baixas	-	(5)	(5)
<b>Em 31.12.2023</b>	<b>815</b>	<b>96</b>	<b>911</b>

## 9 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

### 9.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 31.12.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023
<b>Em serviço</b>					
Imóveis	12.476	6.281	(537)	(14.527)	3.693
Equipamentos	617	21	(315)	(323)	-
	<b>13.093</b>	<b>6.302</b>	<b>(852)</b>	<b>(14.850)</b>	<b>3.693</b>

	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
<b>Em serviço</b>					
Imóveis	10.478	2.676	(678)	-	12.476
Equipamentos	750	283	(416)	-	617
	<b>11.228</b>	<b>2.959</b>	<b>(1.094)</b>		<b>13.093</b>

A Companhia arrenda imóveis e equipamentos de informática.

As adições se referem principalmente aos arrendamentos de terrenos onde serão instalados os painéis fotovoltaicos, projeto de Geração Distribuída da Copel Serviços, em andamento, conforme NE nº 7.1. Também houve adição referente ao arrendamento do imóvel administrativo da sede da Companhia, contrato que abrange também as outras Subsidiárias Integrais da Copel, em virtude de reajuste. Em 31.12.2022, este era o principal arrendamento da Companhia. No decorrer do exercício de 2023, a Copel Serviços deixou de fazer parte do contrato, o que motivou a baixa. Também foram baixados os saldos referentes à equipamentos de informática, uma vez que o contrato foi finalizado.

## 9.2 Passivo de arrendamentos

<b>Em 1º.01.2022</b>		<b>11.380</b>
Adições		2.959
Encargos		1.244
Pagamento - principal		(672)
Pagamento - encargos		(1.242)
<b>Em 31.12.2022</b>		<b>13.669</b>
Adições		6.302
Encargos		1.098
Pagamento - principal		(512)
Pagamento - encargos		(1.098)
Baixas		(15.710)
<b>Em 31.12.2023</b>		<b>3.749</b>
	<b>Circulante</b>	<b>17</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>3.732</b>

## 10 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo Circulante - Garantia de Fiel Cumprimento</b>		
<b>Entidade sob controle comum - Copel Distribuição S.A.</b>	3.000	-
<b>Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura</b>		
<b>Controladora - Copel</b>	54	-

Os saldos em 31.12.2023 referem-se à Garantia de Fiel Cumprimento, vinculada aos projetos de Geração Distribuída em implantação (NE nº 6 e 7.3) e ao contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado entre a Copel e suas subsidiárias.

Em 2023, a Companhia não registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários e encargos (R\$ 83 em 2022).

## 11 Provisões e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Em 31.12.2023, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023, não há ações cujas perdas são consideradas possíveis.

Adicionalmente, a Companhia discute processo judicial na justiça federal relativo à incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O saldo de R\$ 589 (R\$ 536, em 31.12.2022) está registrado no passivo não circulante, na rubrica Outras obrigações fiscais e para esta contingência foram depositados judicialmente R\$ 593 registrados no ativo, na rubrica de depósitos judiciais.

## 12 Patrimônio Líquido

### 12.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023, de R\$ 16.685 (R\$ 15.085, em 31.12.2022) é composto por 16.684.872 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

### 12.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tem um saldo de R\$ 48.950 (R\$ 1.600 em 31.12.2022), na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, quando da realização de Assembleia Geral Extraordinária.

### 12.3 Mutações do ajuste de avaliação patrimonial

<b>Em 1º.01.2022</b>	<b>(27.868)</b>
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	31.409
Realização - Ganhos Atuariais <sup>(a)</sup>	(3.541)
<b>Em 31.12.2022</b>	-
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	-
Realização - Ganhos Atuariais <sup>(a)</sup>	-
<b>Em 31.12.2023</b>	-

<sup>(a)</sup> Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de saldos atuariais, após a transferência da totalidade dos empregados para as outras subsidiárias integrais da Copel.

### 12.4 Prejuízo líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Numerador básico e diluído</b>		
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	(3.262)	(2.505)
<b>Denominador básico e diluído</b>		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	16.158.845	15.084.872
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora</b>		
Ações ordinárias	(0,20187)	(0,16606)

## 13 Receita operacional líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Prestação de serviços de consultoria	-	3.286
Prestação de serviços de operação e manutenção	-	3.294
Outras receitas	-	3.192
(-) Deduções da receita	-	(1.758)
	-	<b>8.014</b>

## 14 Despesas Operacionais

	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	(62)	(3.387)
Planos previdenciário e assistencial	(10)	(2.924)
Material	(212)	(52)
Serviços de terceiros	(1.594)	(2.439)
Depreciação e amortização	(1.668)	(2.085)
Provisões e reversões	-	59
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (a)	940	(36)
	<b>(2.606)</b>	<b>(10.864)</b>

(a) Refere-se principalmente ao saldo líquido de Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamento, referente baixa de contrato de arrendamento de imóvel, conforme NEs 9.1 e 9.2.

## 15 Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	234	1.604
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(20)	(75)
Outras receitas financeiras	283	104
	<b>497</b>	<b>1.633</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Juros sobre passivo de arrendamentos (NE nº 26.2)	1.098	1.242
Outras despesas financeiras	55	46
	<b>1.153</b>	<b>1.288</b>
<b>Líquido</b>	<b>(656)</b>	<b>345</b>

## 16 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(3.262)</b>	<b>(2.505)</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>1.109</b>	<b>852</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Despesas indedutíveis	(214)	2.453
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(895)	(3.305)
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	-	-
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	-	-
Alíquota efetiva - %	0,0%	0,0%

Em 31.12.2023, a Companhia não reconheceu saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 6.056 (R\$ 5.161 em 31.12.2022) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

## 17 Instrumentos Financeiros

### 17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	3.290	3.290	3.748	3.748
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	4.670	4.670	-	-
<b>Passivos Financeiros - Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)			3.753	3.753	76	76

**Nível 1:** obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

**Nível 2:** obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

#### Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

### 17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 17.2.1 Risco de crédito

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

#### 17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

## 18 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	121.033

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

## 19 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

### 19.1 Transações que não envolvem caixa

Do total de aquisições de imobilizado (demonstrado na NE nº 7.2), R\$ 1.836 (R\$ sem valor em 31.12.2022), correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 9, as adições no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 6.302 (R\$ 2.959 em 31.12.2022), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

## **20 Eventos Subsequentes**

### **20.1 Investimento em *startup* por meio do FIP Copel Ventures I**

A Copel Ventures I, fundo de *Corporate Venture Capital* (CVC) da Companhia, realizou em 22.01.2024 seu primeiro investimento, efetuado na *startup* Move, que atua no mercado de gestão inteligente para sistemas de recarga de veículos elétricos. Foi aportado o montante de R\$ 3.500.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024.

Cassio Santana da Silva  
Diretor Geral

Adriano Rudek de Moura  
Diretor de Finanças

Eduardo Vieira de Souza Barbosa  
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Fernando de Lima dos Santos  
Contador - CRC PR-050585/O-9

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Copel Serviços S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte  
Contador  
CRC nº RS 058908/O-1

## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;*
- II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
- V. *o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;*
- VI. *o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e*
- VII. *é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.*

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatórios anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

Desde 2019, o CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o plano foi desenvolvido pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento do plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre aspectos de treinamentos e discussões com o próprio

Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução das atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contemplava os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016 (Lei das Estatais, aplicável à Copel à época), à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509 (revogada pela Instrução CVM nº 80/2022, a qual passou a trazer os requisitos aplicáveis ao Comitê de Auditoria), e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição dos temas ao longo do ano.

Em 2021, por solicitação do CAE, o plano de trabalho foi revisado, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do Comitê, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarks; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões com o Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos. Para 2023 o plano de trabalho do CAE foi revisado com base na atuação do colegiado ao longo do ano de 2022, consolidando assim o plano anteriormente aprovado. Foram incluídas atividades relacionadas ao Plano de Desenvolvimento de Órgãos Estatutários da Copel e demandas apresentadas pelos membros do CAE.

Em 20.09.2023, em sua 242ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração do Regimento Interno do CAE, considerando a Transformação da Copel em Corporação. O novo regimento excluiu os requisitos obrigatórios específicos da Lei das Estatais, considerou as melhores práticas e benchmarking realizado em companhias de referência, destacando-se: B3, Eletrobras, Vibra, Embraer, Vale, Renner e Equatorial.

O documento aprovado trouxe ajustes nas atribuições do CAE, organizando-as por afinidade de temas. Como inclusão, destacam-se: (i) discussão com a Auditoria Interna a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações encaminhadas, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a Auditoria Interna e a Diretoria; (ii) monitoramento da adequação da estratégia e ações de segurança cibernética da Companhia, inclusive dos planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques cibernéticos; (iii) análise, quando demandado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, as políticas financeiras da Companhia e recomendando eventuais ajustes; e (v) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, a remuneração dos acionistas. Já como exclusão, destacam-se: (i) estabelecer procedimentos para sua atuação; e (ii) avaliação dos cálculos atuariais, sendo requisito específico da Lei das Estatais.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE 2024, traz o cronograma detalhado de reuniões, contendo cronograma dos assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a

atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 traz 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda* - Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Em dezembro de 2023 foi autorizado a substituição da auditoria para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciará suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (“ITRs”) do primeiro trimestre do exercício de 2024.

A contratação visa atender práticas de governança e recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário para efetuar a rotatividade dos auditores independentes antes do prazo máximo requerido no artigo 31-A da Resolução CVM n.º 23/21.

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley – SOX*.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

## **2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ**

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley – SOX*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na

bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2023, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2024/2025: Carlos Biedermann (como Presidente e especialista financeiro), Marco Antônio Barbosa Cândido (como membro) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

### **3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2023**

#### **3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**

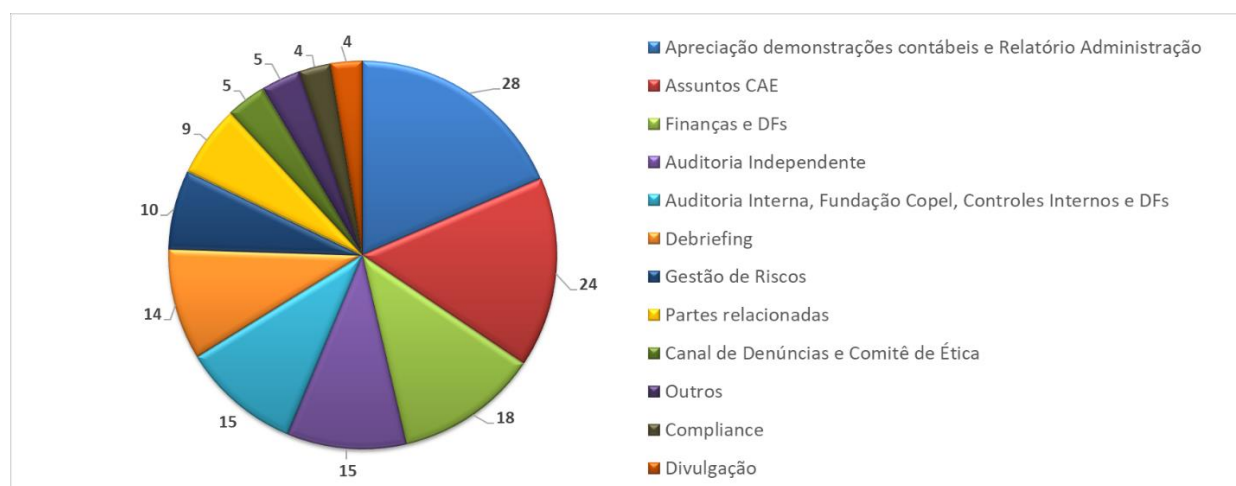
As pautas das reuniões realizadas em 2023 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram realizadas 26 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 151 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

### PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2023 pode ser observado no gráfico abaixo:



### 3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2023, foram contempladas, em reuniões do CAE, 15 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente, Deloitte, para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2023; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2023.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de

Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

### **3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

No decorrer de 2023, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 28 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2023; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2022 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2024, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

### **3.4. AUDITORIA INTERNA**

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN 2022; planejamento da Auditoria Interna, considerando a transformação da Copel em Corporação; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 270ª Reunião, de 14.02.2023, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

### **3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS**

No decorrer de 2023, foram tratadas 5 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

### **3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS**

No decorrer de 2023, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 5 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

### **3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS**

No decorrer de 2023, foram tratadas 10 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise mensal quanto aos riscos corporativos, pauta específica da Agenda Temática do CAE 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

### **3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos.”

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

### **3.9. OUTRAS ATIVIDADES**

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

## **4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

### **4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

### **4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES**

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

## **5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA**

- Demonstrações Financeiras 2023

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores estudo sobre a possibilidade de antecipação do fechamento das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023.

- Planejamento da Auditoria Interna

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna da Companhia informações sobre a recomposição da equipe interna, considerando o Plano de Demissão Voluntária – PDV, bem como o planejamento das atividades, tendo em vista a transformação da Copel em Corporação.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação do plano de trabalho da Auditoria Interna, o CAE fez suas considerações e sugeriu priorizações em relação aos principais riscos da Companhia.

- Serviços adicionais de auditoria Independente

O CAE recomendou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores que o processo de contratação de auditoria independente contemple uma relação dos serviços que possam eventualmente ser contratados esporadicamente com os auditores independentes, com a respectiva precificação, visando a melhoria contínua do processo.

- Gestão de riscos – reporte periódico

O CAE recomendou à Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance, avaliação sobre a necessidade de inclusão no Portfólio de Riscos da Companhia do risco relacionado aos efeitos da guerra entre Israel e Hamas.

Adicionalmente, solicitou apresentação sobre o risco referente aos novos padrões de reporte de Sustentabilidade, IFRS S1 e S2, e seus respectivos planos de ação.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

## **6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2024.

(assinado eletronicamente)

**CARLOS BIEDERMANN**

Presidente e Especialista Financeiro

(assinado eletronicamente)

**MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO**

Membro

(assinado eletronicamente)

**LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA**

Membro Externo

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA  
ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO  
EXERCÍCIO DE 2023 E SOBRE OS ESCLARECIMENTOS DA DIRETORIA À  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COPEL SERVIÇOS S.A.**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Serviços S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o esclarecimento da Diretoria à Assembleia Geral Ordinária da Copel Serviços S.A. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

(assinado eletronicamente) **DEMETRIUS NICHELE MACEI** - Presidente; **HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR**; e **JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO**.



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

